

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/06/2023 a 30/06/2023

Indexação: "Reforma Tributária" or "PL 3887/2020" or "PEC 45/2019" or "PEC 110/2019"

Documento 1/15

91.2023 Sessão Ordinária - CD 01/06/2023-10:52

Publ.: DCD - 6/2/2023 - Heitor Schuch-PSB -RS

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Participação do orador em reuniões do Parlamento do Mercado Comum do Sul PARLASUL. Defesa de destinação de recursos do Plano Safra para realização de investimentos na captação e armazenamento de águas pluviais. Realização da reforma tributária. Conveniência de tributação das plataformas digitais. Preocupação com a seguridade social dos 39 milhões de trabalhadores informais existentes no Brasil.

O SR. HEITOR SCHUCH (Bloco/PSB - RS. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, sou um servo a auxiliar o Presidente.

Quero prestar contas aqui, senhoras e senhores, da nossa caminhada também como Parlamentar no PARLASUL. Estivemos lá na representação brasileira, onde tivemos a oportunidade de partilhar não só da reunião com o Sr. Embaixador, muito preocupado com a integração do bloco econômico, como também do seminário sobre o trabalho nas plataformas do MERCOSUL.

Antes, eu queria registrar algo que me chocou. Sei o quanto foi dura a estiagem no Rio Grande do Sul neste ano, nesse verão, mas a seca e os estragos no Uruguai e na Argentina continuam. Quando nós falamos disso, é importante perguntar: alguém consegue viver sem água? Não. No Uruguai, o Governo está entregando água em Montevidéu, na capital, de casa em casa, porque não existe mais água potável. Pela primeira vez na história, estão retirando água do Rio da Prata, salobra. Estão tentando se virar do jeito que dá.

Eu quero conectar esse assunto porque nós não somos uma ilha. Nós precisamos olhar para a frente e aprender com o passado. Se faltou água, se faltou chuva, se os agricultores tiveram prejuízo... A economia do Rio Grande do Sul está pagando uma conta extremamente pesada. Ressalto, de novo, que precisamos fazer a reservação da água quando ela vem pela chuva. Quero



conectar isso com o novo Plano Safra, que deve ser anunciado este mês de junho. Assim como precisamos ter recurso para comprar os insumos agrícolas, as máquinas, as ferramentas, os motores, os tratores, precisamos reservar um capítulo e abrir uma janela para que haja no Plano Safra recursos para investimento na reservação da água.

Agora, eu queria falar do segundo tema, que é o seminário do trabalho nas plataformas do MERCOSUL. Todos nós sabemos o que houve na pandemia e quais foram os seus reflexos. Quando falamos disso, é importante lembrar que a pandemia foi excelente para as plataformas digitais. Ficaram ricas, venderam tecnologia. As nossas sessões aqui do Congresso de lá para cá ocorrem por meio de plataformas também, mas é preciso olhar também um pouco para o outro lado. Segundo relatos nesse seminário — quero falar só do Brasil —, em países como Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Venezuela, isso não é muito diferente. No Brasil, há 39 milhões de pessoas na informalidade. Esse dado precisa se conectar com a reforma tributária, que está sendo gestada nesta Casa, que precisamos fazer — não há dúvida. Há 40 anos se escuta falar que o que nós temos é um manicômio fiscal e tributário. Então, vamos mudar! Cobrar imposto de produtos como ferro, cimento, carro, casa, apartamento é fácil, mas como cobrar das plataformas digitais, que muitas vezes nem escritório têm no Brasil?

E aí vem a grande pergunta, para concluir, com o seguinte comentário: como ficará o sistema de segurança social, a aposentadoria dessas pessoas quando estiverem em idade de se aposentar, quando forem idosas? Vão sobreviver como?

Esse é o debate que nós temos que fazer também aqui na nossa Casa Legislativa, aqui no Parlamento brasileiro, porque nós estamos dialogando com 39 milhões de pessoas que hoje estão em atividade laboral, força de trabalho, mas como será daqui a 30 anos, quando tiverem 60 anos, 70 anos e não tiverem contribuído para a Previdência? Como vão se sustentar? Elas não vão ter aposentadoria, não vão ter benefícios.

Eis a questão que eu queria socializar com os colegas Deputados, com as centrais sindicais, com as federações de trabalhadores, com os empresários. Que País nós teremos daqui a 30 anos com essa legião toda sem aposentadoria, sem benefícios?

Tomara Deus que achamos uma solução!

Muito obrigado.



Sumário

Apresentação do primeiro relatório elaborado pelo grupo de trabalho destinado ao estudo da reforma tributária. Existência de acordo para a votação de medida provisória relativa ao Programa Minha Casa, Minha Vida. Aviso aos Parlamentares sobre a possibilidade de votação da matéria pelo sistema Infoleg. Celebração da agenda ambiental brasileira pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo Presidente da República, em ato realizado no Palácio do Planalto. Lançamento, pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, do Programa Desenrola Brasil, destinado à renegociação de dívidas de pessoas de baixa renda. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados da Bahia e de Pernambuco. Reconstituição das relações do Governo com a Câmara, com os Líderes partidários e com o Presidente Arthur Lira para a construção de uma base para a governabilidade.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos a um dia da comemoração de uma data significativa para o Brasil, que é 8 de junho, Corpus Christi. No entanto, eu não poderia deixar de fazer alguns comentários sobre a agenda, os fatos políticos que para mim são muito relevantes nesta semana que se iniciou ontem. Eles dizem bem da agenda que o nosso Governo do Presidente Lula vem desenvolvendo nessa luta diária para a reconstrução democrática do Brasil.

Antes disso, quero falar de um fato que aconteceu nesta tarde aqui muito relevante. É o primeiro fato da semana. O Grupo de Trabalho que estudou, nesses 110 dias, as várias propostas de reforma tributária finalmente apresentou o seu relatório. É um momento forte que nós temos que comemorar. O relatório foi apresentado pelo Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro, e o GT foi coordenado pelo Deputado Reginaldo Lopes. Nos próximos 10 dias, eles irão apresentar o substitutivo às Propostas de Emenda à Constituição nºs 45 e 110, ambas de 2019, e nós vamos ter a oportunidade neste plenário de votar pela primeira vez a reforma tributária que todos defendem, mas que só agora nós estamos num momento histórico e especial para a votação desta matéria. Esse é o primeiro fato que eu considero muito relevante.

O segundo é que nós fizemos um acordo e amanhã, às 10 horas, vamos votar, talvez, uma das medidas provisórias mais importantes, que atende um desejo de milhões e milhões de brasileiros, que é a medida provisória do Minha Casa, Minha Vida. O Relator, o Deputado Marangoni, apresentou o texto hoje aos Líderes, e fizemos um acordo. Deveremos votar essa medida provisória amanhã, às 10 horas.

Fica o meu apelo, em nome do Governo, para que todos entrem no sistema



Infoleg, às 10 horas, para que essa votação aconteça com rapidez amanhã aqui, no Plenário Ulysses Guimarães.

Isso é relevante. Sabem por quê? Porque o Governo anterior aniquilou, acabou com o Minha Casa, Minha Vida. E nós estamos reconstituindo um dos programas mais importantes na geração de emprego, no aquecimento do setor da construção civil e, principalmente, na moradia para aquelas pessoas que mais precisam, porque a prioridade do novo Minha Casa, Minha Vida são as pessoas de baixa renda.

O terceiro fato é a agenda ambiental, que aqui no Brasil, ontem, foi comemorada pela Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e pelo Presidente da República em ato realizado no Palácio do Planalto, ato que mostra bem, que diz bem do compromisso com o desenvolvimento sustentável do nosso Governo, da agenda de preservação ambiental, daquilo que precisa ser feito num país das dimensões do Brasil, que é unir o desenvolvimento com a questão da sustentabilidade.

Esse binômio, esse entendimento preserva aquilo que para nós é fundamental, que é a preservação ambiental, porque o mundo todo olha para o Brasil e reconhece os esforços que o nosso Governo está fazendo nesta área.

Outro fato relevante: o Ministro da Fazenda lançou ontem um programa central para resolver o problema de quase 70 milhões de brasileiros e brasileiras que estão com suas dívidas e seus nomes constantes no cadastro negativo. Refiro-me ao Programa Desenrola Brasil, que vai atender, inicialmente, em torno de 30 milhões de brasileiros e brasileiras naquelas faixas de um a dois salários mínimos, para quem tem dívida de até 5 mil reais.

Essa é uma medida essencial, porque o País sabe do alto grau de inadimplência em que as famílias brasileiras se meteram nesses últimos 4 anos, 5 anos. E esse programa vai dar às pessoas a oportunidade de, nesses próximos 4 meses, por meio do sistema, terem acesso àquilo que é fundamental, que é a oportunidade de negociar suas dívidas e limpar seus nomes num cadastro nacional, uma medida que vem sendo esperada desde o início do Governo.

E eu aproveito para parabenizar o Ministro Haddad, que muito tem feito para garantir a retomada do crescimento da economia brasileira, tomando medidas ousadas, como o novo regime fiscal, agora a reforma tributária e, principalmente, o lançamento desse programa conhecido agora como Desenrola Brasil.

E o último fato, Sr. Presidente, eu não posso deixar de comentar. A agenda do Presidente Lula na Bahia e em Pernambuco, hoje e amanhã, é uma agenda de quem efetivamente está preocupado com a vida das pessoas. O Presidente visitou o polo industrial lá na Bahia, visitou o polo automotivo lá em Goiana, Pernambuco. E aonde vai leva o anúncio da esperança que está se desenvolvendo, realizando-se, porque o Brasil começa a entrar nos eixos e



começa a se apresentar como uma nação que é capaz de se desenvolver, como um país que é capaz de gerar emprego e renda, de combater as desigualdades regionais e as desigualdades de renda.

Este é, portanto, Sr. Presidente, um momento muito especial para nós que fazemos parte do Governo. E eu, na condição de Líder do Governo, não posso deixar de comemorar estes momentos altos do Governo porque estamos aos poucos reconstituindo as nossas relações, a relação do Governo com a Câmara, com os Líderes, com o Presidente Arthur Lira. É necessário, como diz o Presidente Lula, reconstruir essas relações, repactuá-las, para que tenhamos governabilidade institucional e governabilidade social. É disso que nós precisamos para a implantação do programa de reconstrução do Brasil.

Nós não recuaremos. O Brasil tem pressa. Medidas estão sendo tomadas mais recentemente em todas as áreas, na área da educação, na área da saúde, em todos os cantos, na área do desenvolvimento urbano, com o Minha Casa, Minha Vida voltando, com a recuperação da infraestrutura do País. Tudo isso diz bem da imensa tarefa que nós temos, que é reconstruir o Brasil e reconstruir a democracia.

Nós estamos à véspera de um feriado, e eu queria que este meu pronunciamento, Sr. Presidente, fosse registrado nos Anais desta Casa. É um pronunciamento escrito, mas eu prefiro fazer os devidos comentários para que sejam registrados no programa *A Voz do Brasil* e também constem dos registros do Plenário Ulysses Guimarães.

Sr. Presidente, agradeço ainda a compreensão dos Líderes que acordaram votar esta medida provisória do Minha Casa, Minha Vida amanhã, às 10 horas. Todos podem votar pelo sistema Infoleg, conforme acordo que fizemos com o Relator da matéria e com os Líderes para votarmos esta medida provisória sem destaque. Assim, daremos ao País aquilo que ele quer: a volta do Minha Casa, Minha Vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 3/15

95.2023

Publ.: DCD - 6/7/2023 -

Sessão Ordinária - CD

Zeca Dirceu-PT -PR

06/06/2023-19:40

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Recuperação da economia brasileira pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva.
Apelo à Diretora do Banco Central para redução da taxa básica de juros, a Taxa SELIC. Defesa da aprovação das Medidas Provisórias de nºs 1.162 e 1.165, de



2023, respectivamente sobre a recriação do Programa Minha Casa, Minha Vida e sobre a instituição da Estratégia Nacional de Formação de Especialistas para a Saúde, no âmbito do Programa Mais Médicos; e a alteração da Lei nº 12.871, de 2013. Reajuste do salário mínimo acima dos índices inflacionários. Acerto da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022 — PEC da Transição —, relativa à alteração da Carta Magna, com vista à regulação das emendas individuais ao projeto de lei orçamentária; à alteração do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para exclusão de despesas dos limites previstos no art. 107; bem como à definição das regras de transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023. Aprovação da Medida Provisória nº 1.154, de 2023, sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Retomada do desenvolvimento econômico brasileiro.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.)

- Apesar de eu gostar muito do Estado de São Paulo — e está aqui o nosso coordenador da bancada do PT —, eu sou paranaense com muito orgulho e sou Deputado pelo Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Cabo Gilberto Silva. PL - PB) - V.Exa. me perdoe, comandante. Eu pensei que V.Exa. fosse do Estado de São Paulo.

O SR. ZECA DIRCEU (Bloco/PT - PR) - Muita gente faz essa confusão, talvez pelo meu sotaque, que lembra o do interior de São Paulo.

Sr. Presidente, eu queria agradecer-lhe a oportunidade e saudar os Deputados e as Deputadas que estão aqui e quem está nos acompanhando pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*.

Semana a semana, dia após dia, os números, as estatísticas, os fatos provam e demonstram, de forma muito clara, que o Governo do Presidente Lula está fazendo o Brasil ser feliz de novo. O Brasil voltou a dar certo. É só olhar os números, os dados da economia de hoje: a Bolsa disparou, atingiu 114 mil pontos; a previsão de inflação veio muito menor do que era o esperado, uma surpresa positiva; o dólar cai mais uma vez; ao passo que é apresentado aqui o texto que vai nos dar condição de fazer avançar a reforma tributária. Tudo isso, é claro, abre uma força ainda maior para que caiam os juros criminosos que infelizmente ainda existem no Brasil.

Quem está nos acompanhando e é pequeno, médio ou grande empresário, pequeno ou médio agricultor, quem está nos acompanhando e precisa buscar o crédito, o financiamento para consumir, para trocar de carro, para melhorar a casa, sabe que a taxa de juros é criminosa. Todos que precisam de crédito sabem que, com essa taxa de juros, é impossível o País crescer mais, é impossível gerar mais empregos.

Então, eu queria fazer, mais uma vez, um apelo à diretoria do Banco Central



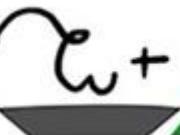
para que tenha serenidade e bom senso, para que olhe os dados da economia e reduza, na próxima reunião, os juros no nosso País. Isso vai ser uma alavanca ainda maior para um conjunto de ações muito positivas. Inclusive, com o apoio do Congresso Nacional, hoje o Governo Federal traz de volta o dia a dia e a vida do nosso País.

Teremos condição, amanhã, por exemplo, de aprovar a medida provisória do Minha Casa, Minha Vida, que acabou de ser aprovada com uma ampla maioria na Comissão Especial. Inclusive, o texto, que já veio bom do Governo Federal, foi melhorado pelo trabalho da Comissão Especial.

Quem está nos acompanhando e está pagando aluguel obviamente quer e poderia estar pagando a prestação da própria casa. O Presidente Lula já colocou como meta 2 milhões de casas e de apartamentos construídos nessa nova etapa de retomada do Minha Casa, Minha Vida. Isso vai aquecer a construção civil, vai gerar emprego, vai gerar renda em todas as regiões do País, nas regiões mais ricas e também nas regiões mais pobres. Está avançando — daqui a pouco nós vamos ter de aprovar a medida provisória do novo Mais Médicos. Quantas pessoas que estão nos acompanhando e que, muitas vezes, esta semana, no mês passado, procuraram atendimento médico e tiveram dificuldade? E isso até porque temos hoje 500, 600, 700 cidades no Brasil que não têm sequer um único médico morando, vivendo, trabalhando naquele Município. Vive esse drama também quem está nas metrópoles, nas grandes cidades, onde há muito médico, mas o médico não está no bairro, não está vivendo na periferia. Só o Mais Médicos, como já ocorreu no passado, tem essa condição de colocar o médico onde as pessoas estão de fato precisando.

Também tivemos a volta da política de reajuste do salário mínimo acima da inflação. A decisão que tomamos em dezembro, aprovando a PEC da Transição e a PEC do Bolsa Família, hoje garante não só os 600 reais, como também garante mais 150 reais às famílias que têm uma criança, garante mais 50 reais onde há um jovem e mais 50 reais onde há uma gestante. Há muito mais dinheiro circulando, e esse dinheiro está chegando lá no consumo. Isso impacta a indústria, impacta a agricultura.

E, mais uma vez, os números, que não são meus, que não são do Governo, mas sim dos mais diferentes institutos de estatística do País, provam o que eu estou dizendo. A informação, o dado da semana passada mostra que a economia do Brasil foi a quarta economia que mais cresceu em todo o mundo. Há quanto tempo isso não acontecia? O País está voltando a crescer, o País está voltando a se desenvolver. E eu espero que o Congresso Nacional, apesar das críticas, das diferenças políticas e dos problemas que nós temos, continue tendo serenidade, como teve na semana passada, quando aprovou a medida provisória da reorganização dos Ministérios, e essa maturidade agora, aprovando essa nova etapa do Minha Casa, Minha Vida e, daqui mais algumas semanas, o novo Mais Médicos. E, por que não, ainda nesse semestre, definitivamente, aprovemos a reforma tributária, essa sim que vai criar um ambiente muito mais



favorável ainda para o desenvolvimento.

Obrigado, Presidente.

Documento 4/15

96.2023

Sessão Ordinária - CD 07/06/2023-12:59

Publ.: DCD - 6/8/2023 -

Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial do Leite. Pujança da cadeia leiteira nacional. Aumento da produção e da carga tributária incidente sobre o setor lácteo acriano. Participação do orador na Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite. Defesa de simplificação tributária em prol dos pequenos produtores de leite.

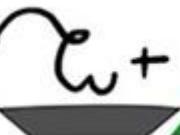
DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho, no dia de hoje, comemorar o Dia Mundial do Leite, produto que faz parte de uma das mais importantes cadeias econômicas do agronegócio nacional.

A cadeia láctea acumula números de sucesso nos últimos 20 anos. São 5 milhões de empregos, diretos e indiretos, em mais de 1,2 milhão de propriedades produtoras.

O Brasil é o quarto maior produtor de leite do mundo, em uma cadeia produtiva que representa 1,2% do PIB brasileiro. A importância da cadeia láctea se manifesta quando sabemos que mais de 99% dos Municípios produzem leite, com 35,4 bilhões de litros produzidos.

No meu Estado, o Acre, temos uma produção anual de 43.309 mil litros de leite, representando 1,89% da produção regional e 0,13% da produção nacional. Mesmo com a predominância da pecuária de corte,



a nossa produção é importante e poderia ser maior, melhor e gerar mais emprego e renda.

Em um passado recente, laticínios se instalaram no Estado, aumentando a nossa produção. Infelizmente, o então Governador, o petista Tião Viana, escolheu aumentar a carga tributária do setor lácteo, afastando investimentos que fazem falta para a população acreana.

Justamente por essa experiência, resolvi participar da Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite, presidida pela colega Deputada Ana Paula Leão, para assegurar conquistas e conquistar mais avanços para o setor.

Na discussão sobre a reforma tributária, precisamos garantir a atual estrutura de impostos sobre o consumo referente à cadeia láctea, em um sistema não cumulativo, focado em instituição de alíquota zero para o produtor de leite, como já acontece hoje por meio do crédito presumido para aquisição de leite.

É importante lembrar que 90% dos produtores não conseguem emitir nota fiscal e que 90% produzem até 200 litros de leite.

Diante dessa realidade, o produtor precisa escolher se usa os valores da venda para o bem-estar da família ou se paga o custo de um contabilista que consiga fazer com que sejam corretamente recolhidos os tributos. Dessa forma, nosso esforço deve ser o de garantir simplificação tributária para o pequeno produtor.

Essa deve ser nossa prioridade, de maneira a fortalecer a cadeia produtiva do leite e seu elo mais indefeso, que é o pequeno produtor.

Sr. Presidente, solicito que este pronunciamento seja veiculado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 5/15

99.2023

Sessão Ordinária - CD

13/06/2023-16:08

Publ.: DCD - 6/14/2023 - Lucas Ramos-PSB -PE

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância de prorrogação do Regime Automotivo Regional do Nordeste.

O SR. LUCAS RAMOS (Bloco/PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

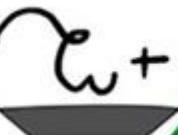
Sras. Deputadas e Srs. Deputados, no dia em que este Parlamento apresentou oficialmente o relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, fruto de um amplo diagnóstico, exame das melhores práticas internacionais para simplificar o nosso complexo e injusto regime de cobrança de tributos, eu subo a esta tribuna para destacar a importância de promovermos também um debate sobre a prorrogação do regime automotivo regional do Nordeste. Estamos falando de uma política de desenvolvimento industrial fundamental para a consolidação de grandes centros produtivos, automotivos e de autopeças na nossa região. E é por sua capacidade de articular a extensa cadeia produtiva, decisiva para garantir a geração de emprego e renda e oportunidades de alto valor, que eu subo aqui para fazer esse apelo.

Hoje, o Nordeste brasileiro está no mapa mundial da indústria automotiva, sendo referência em avanço tecnológico e qualidade. É um dos celeiros das maiores inovações do mercado automobilístico.

Em Pernambuco, o setor é representado pelo Polo Automotivo Stellantis de Goiana, com suas 34 empresas fornecedoras integradas, e pelo complexo fabril de baterias do Grupo Moura, situado na região do Agreste. Juntos, esses dois polos têm garantido a injeção de recursos diretamente nas economias municipal e estadual, alavancando um processo de transformação social que é inédito em nosso Estado.

O Polo Automotivo Stellantis, liderado pela fábrica Jeep, que inicia a produção de seu quinto modelo, foi responsável por garantir que Goiana, uma cidade da Zona da Mata Norte, apresentasse anualmente ganhos de participação na economia estadual, saindo da 13^a posição, em 2010, para a 4^a posição no ranking do PIB pernambucano, em 2019.

Além disso, senhoras e senhores, cerca de 21% dos trabalhadores de carteira assinada são residentes na cidade de Goiana e a metade deles são oriundos de outras cidades da chamada área de influência do polo automotivo, que é



formada por outros nove Municípios.

Em outra ponta, no segmento de autopeças, os aportes realizados pelo Grupo Moura, nos últimos 12 anos, em seu complexo fabril na cidade de Belo Jardim, consolidaram a região como o maior polo produtivo de baterias da América do Sul. Por conta desse movimento, hoje, Belo Jardim tem o 13º maior PIB de Pernambuco. Dados de emprego formais da cidade: 20% ou algo em torno de 4 mil postos de trabalho são gerados diretamente pela empresa.

O Grupo Moura é responsável ainda por 33% da massa salarial municipal e sua folha de pagamento injeta anualmente mais de 110 milhões de reais na economia local.

Sr. Presidente, são números expressivos que comprovam que o regime automotivo, enquanto política pública de atração, manutenção e expansão de investimentos estruturantes, é um grande vetor de redução das desigualdades regionais, e a sua prorrogação é estratégica para a geração de novas oportunidades, a partir da garantia de novos aportes privados em expansão fabril e modernização de processos e produtos, bem como na ampliação dos investimentos diretos em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Já concluindo, Sr. Presidente, quero dizer que é fundamental criarmos as condições para que o Nordeste continue tendo o papel de protagonismo, de forma a manter o papel de vanguarda na tecnologia e também de competitividade dos mercados automotivos e de autopeças.

Muito obrigado.

Documento 6/15

99.2023

Sessão Ordinária - CD

13/06/2023-16:16

Publ.: DCD - 6/14/2023 - Pedro Lupion-PP -PR

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Votos de boas-vindas ao Deputado Luiz Carlos Hauly. Homenagem ao Parlamentar.

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Sem revisão do orador.) - Presidente, como Deputado do belíssimo Estado do Paraná, gostaria de dizer que fui aluno e aprendiz do Dr. Hauly, que foi colega do meu pai por seis mandatos nesta Casa. Cresci acompanhando o Hauly na política, sei da sua história, da sua integridade, da sua capacidade, ainda mais neste momento tão

importante para o País. S.Exa. é o maior conhecedor do sistema tributário brasileiro e, sem dúvida alguma, vai poder nos ajudar e muito nessa — talvez — próxima reforma tributária.

E, Presidente, mais do que isso, estou aqui hoje, até porque ontem à noite eu estava com o filho do Hauly, com o Luizinho Hauly, no aeroporto de Londrina. O aeroporto fechou por mau tempo, e ele não conseguiu embarcar. Então, hoje cumpro a promessa que fiz a ele ontem à noite, de estar aqui para aplaudir o grande Hauly nessa oitava posse como Deputado Federal.

Parabéns, Deputado Hauly! Bem-vindo de novo a esta Casa!

Documento 7/15

99.2023 Sessão Ordinária - CD 13/06/2023-16:16
Publ.: DCD - 6/14/2023 - Luiz Carlos Hauly-PODE -PR
BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Retorno do orador à Casa. Importância da formação de unidade nacional em torno de um projeto de desenvolvimento para o País. Urgente necessidade da realização das reformas tributária e eleitoral.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Querido Presidente e amigo Gilberto Nascimento — posso chamá-lo assim —, caros Parlamentares, Deputadas, Deputados, é uma honra muito grande voltar a esta Casa depois de 4 anos, 4 meses e alguns dias. Quis o destino que Deus providenciasse eu estar aqui neste momento, momento em que o Brasil nas últimas eleições acabou se dividindo.

Eu quero dizer ao povo do Paraná e do Brasil que eu não vim para dividir, eu vim para somar, para construir pontes para o futuro. Nós temos que olhar para a necessidade do povo. A nossas brigas ideológicas não levam a lugar nenhum! Pelo contrário, aprofunda a cizânia deste País ferido pelo baixíssimo crescimento econômico, martirizado pela pobreza, por tantas mazelas. Estou aqui para colaborar com aqueles que já estão trabalhando aqui, que assumiram o mandato em 1º de janeiro.

Eu quero ser um soldado das causas deste País e tenho comigo que há duas grandes reformas que nortearão o futuro do Brasil: a reforma econômica e, dentro da reforma econômica, a tributária, que é a mais importante reforma, já que o Brasil tem o pior sistema tributário do mundo — do mundo! Isso é constatado não só pelo Banco Mundial, mas também pela OCDE, inúmeras entidades internacionais e nacionais. Se o Brasil tem o pior sistema tributário,



quer dizer que esse sistema tributário deixa os ricos muito ricos, os pobres muito pobres e a classe média esmagada.

Venho, portanto, ajudar os Deputados Aguinaldo Ribeiro, Reginaldo Lopes, o GT Tributário e as Lideranças desta Casa a abraçarem a causa da reforma tributária, que é o IVA Nacional, no mesmo modelo do IVA adotado pela OCDE, adotado por 173 países do mundo.

Minha cara Presidente Renata, muito obrigado. Obrigado ao nosso Líder pela presença maravilhosa. Agradeço a todos a presença.

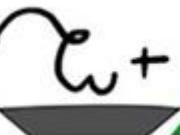
Volto a dizer que, ao lado da reforma econômica tributária, para tirar o Brasil do atraso, fazer o Brasil crescer e prosperar — esse é o nosso destino —, temos ainda a reforma eleitoral. O Brasil tem o pior presidencialismo do mundo! É um presidencialismo que não dá certo. O Presidente da República, que é Chefe de Governo e Chefe de Estado, não deu certo em lugar algum! Só dá certo nos Estados Unidos porque lá a divisão de poderes existe. Aqui não. Poderíamos já, neste Governo, fazer uma projeção, para que, num futuro próximo, o Brasil tivesse um Presidente da República, Chefe de Estado, e um Governo misto, com um sistema parlamentar.

Portanto, sugiro essas duas reformas e defendo o nosso País, a nossa Pátria, defendo os bons costumes, a família brasileira, a vida do nascimento ao último dia de vida! Esse é o nosso compromisso. Defendo ainda a ética moral. O partido é independente, mas vai votar com as causas boas que o País tem a apresentar, uma delas é a tributária. E vai criticar e votar contra aquilo que não for de interesse do povo brasileiro. Essa é a nossa posição muito clara.

Nós somos de oposição, não somos Governo. Mas se o Governo tiver um projeto bom, nós temos que estar com ele. Não cabe a nós, neste momento, criar outras situações divisionistas. É isso que eu quero dizer. Essa é minha conduta ontem, hoje e sempre! Eu sou o mesmo Hauly de 51 anos atrás, quando me candidatei a Vereador em 1972.

Deus abençoe o povo brasileiro, a Pátria brasileira, com as suas bênçãos abundantes! Que o Espírito Santo esteja nesta Casa, nos três níveis de Governo, para manter a unidade! Eu sou do Movimento Político pela Unidade — MPPU, do Movimento dos Focolares. E convido, desde já, os oposicionistas a se sentarem à mesa para fazermos um entendimento nacional. É disso que nós precisamos. Eleição daqui a alguns anos. É isso que nós teremos.

Foco, força e fé em Deus! Um grande abraço fraterno do amigo Hauly, que volta à Casa! Pedi as bênçãos do Dr. Ulysses ali na frente, antes de entrar no plenário. Falei: Dr. Ulysses, estou de volta! Lembrei-me de JK, de Franco Montoro, de Mário Covas, quando comecei com Richa pai, Álvaro Dias e o meu ideal, que sempre foi o grande Presidente John Fitzgerald Kennedy. Esse é o nosso ideal. E queremos que o Brasil seja um dia uma potência de Primeiro



Mundo. Vamos construir esse Brasil desde já.

Muito obrigado.

Documento 8/15

99.2023

Publ.: DCD - 6/14/2023 -

Sessão Ordinária - CD

José Guimarães-PT -CE

13/06/2023-18:32

ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Compromisso do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de reconstrução do Brasil. Relevância de medidas do governo petista para retomada do desenvolvimento econômico brasileiro. Redução dos preços de combustíveis e de alimentos. Resistência do Presidente do Banco Central contra a redução das taxas de juros. Publicação do decreto presidencial sobre o estabelecimento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Realização da reforma tributária. Importância da união do Parlamento brasileiro em defesa da democracia e da soberania nacional.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós estamos caminhando para o sexto mês do novo Governo, um Governo vitorioso nas urnas, que tem a enorme responsabilidade de reconstruir o Brasil. E não há reconstrução do Brasil se o Governo não tiver um olhar para aqueles que mais precisam da proteção do Estado, das políticas públicas, da economia, porque é a economia que vai garantir a sobrevivência de milhões e milhões de brasileiros que amargam uma situação de pobreza, espalhados por todos os cantos e recantos, especialmente no Nordeste brasileiro.

Muito se dizia na campanha, e depois da campanha, que nós não tínhamos condições de retomar o crescimento da economia brasileira. Os agourentos falavam muitas vezes, os agourentos do mercado diziam, o Presidente do Banco Central sempre disse que não ia reduzir os juros porque a inflação seria um perigo, poderia haver um descontrole, e, portanto, não poderia baixar as taxas de juros.

É importante destacar, Sras. e Srs. Parlamentares, a importância que têm as medidas adotadas pelo Governo no sentido da retomada do crescimento da economia brasileira. Eu vou pegar alguns exemplos do Governo Bolsonaro, e contra fatos não há argumento. São fatos concretos revelados pela economia, são dados da economia brasileira, espalhados pelo Brasil afora.

No Governo Bolsonaro, o gás de cozinha custava 120 reais. Sabe quanto custa



agora no Governo Lula? Oitenta reais, Deputado Afonso Motta. Quanto à gasolina, quem não se lembra da gasolina subindo a todo instante? Chegou a 8 reais no meu Estado, e em alguns Estados, como o Acre, chegou a 10 reais lá na bomba. Sabe quanto é que ela está hoje lá no meu Estado, e em alguns Estados até menos? Cinco reais e 20 centavos. Olhem a queda, que atinge sobretudo as camadas médias da população, que vêm um verdadeiro terror quando iam botar combustível nos seus veículos!

O diesel baixou de 7 reais para 5 reais e 16 centavos. O óleo de soja baixou de 13 reais para 3 reais e 99 centavos. A chamada picanha — e o Presidente Lula falava que o povo tem direito de comer um pouco de picanha — baixou de 80 reais o quilo para 49 reais o quilo. Quanto à inflação, o vilão que todo dia é usado pelo Presidente do Banco Central, que não quer baixar os juros porque não há sinais de recuperação da economia, a inflação é um risco, todos já estão dizendo: aquela perspectiva de inflação de 10% ao ano vai baixar para 3,94%. O dólar, 5 reais e 86 centavos.

Eu muito lembro, Deputado Lindbergh, que na época do Governo da Dilma, quando eu era o Líder, os que queriam o golpe diziam "*Ah, não tem País que sobreviva com o dólar a 4 reais e 90 centavos*". Lembram? Pois é. Eles levaram o dólar a 5 reais e 86 centavos. E hoje está valendo 4 reais e 80 centavos. Ou seja, não se justifica, por exemplo, o Presidente do Banco Central não ter uma atitude de algum compromisso com o Brasil.

Tudo o que nós estamos fazendo, meus queridos Parlamentares... Nós votamos tudo aqui nesta Câmara. Faltam apenas três matérias de interesse do Governo: a MP dos médicos, que será votada amanhã; o CARF, que vamos votar na quarta, e a reforma tributária, na primeira semana de julho. Portanto, nós estamos trabalhando muito para reconstruir o Brasil. E contra fatos não há argumento.

Esse Governo que foi derrotado desconstruiu o Brasil, desconstruiu a economia brasileira. E o pior: levou mais de 33 milhões de pobres brasileiros para o *Mapa da Fome*. É esse Brasil que nós estamos reconstruindo.

É nesse Brasil que nós estamos reconstruindo que ontem foi lançado talvez um dos mais importantes programas do Brasil, pelo Ministro Camilo e pelo Presidente Lula: Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Sabe o que nós encontramos no Governo, no MEC? Cinquenta e seis por cento das crianças de 0 a 7 anos que estudam nas escolas públicas não sabem ler e escrever. E nesse programa nós temos que ter como foco principal zerar o analfabetismo nas crianças de 0 a 7 anos. Esse é o compromisso do Brasil. Essa é a reconstrução que nós estamos fazendo, devolver a economia, fazer com que os trabalhadores possam ser partícipes da construção dessa Nação que nós estamos fazendo.

Eu quero dizer, Srs. Parlamentares, meus companheiros e companheiras da



nossa base, meus companheiros e companheiras do PT, que eu sou muito orgulhoso, Deputado Afonso Motta, que está assistindo o meu pronunciamento. Eu sou um cearense de cabeça chata que aprendi a conviver e superar os desafios. Talvez tenha sido o maior desafio da minha vida, que faço com muita dedicação, com amor, com determinação e compromisso com o Brasil. Muitas vezes, nem estou no meu Estado porque tenho que estar aqui, para fazer uma coisa: ajudar o Lula a reconstruir o Brasil.

Este Brasil precisa ser reconstruído democraticamente. Aliás, aqueles que tentaram o golpe no dia 8 de janeiro estão percebendo. Ninguém ouse mais ameaçar a democracia, porque a democracia se sustenta com a participação popular, com o respeito às leis, com o respeito ao Parlamento, muitas vezes xingado, ameaçado pelo Governo anterior.

Hoje está em outro patamar a relação do Presidente da República com este Parlamento. E eu também tenho sido, meus queridos companheiros e companheiras, um artífice nisso. Quero ajudar no diálogo aqui dentro, votar as matérias, sem arrogância, com humildade, porque aprendi isso com minha mãe, de 98 anos, que mora lá no meu Encantado, em Quixeramobim, que muitas vezes, ainda hoje, dá conselhos para os seus 11 filhos.

Eu sou filho de cearense, filho de um agricultor familiar. O maior orgulho da minha vida nesses próximos 4 anos é ajudar o Presidente Lula a governar e reconstruir o Brasil, reconstruir a economia, enfrentá-la com radicalidade. Há um problema que nós temos que enfrentar, que são essas taxas de juros. Nós não podemos mais conviver com isso. Tudo nós fazemos! O Parlamento faz tudo, e esse Presidente da autoridade monetária vira as costas, não quer nem vir discutir conosco porque não pode, porque a lei que criou a autonomia do Banco Central não permite.

Portanto, nós temos que nos unir pela democracia, pela soberania do Brasil, pelos direitos do povo, e baixar as taxas de juros já, porque isso que nós estamos fazendo pode ser comprometido com essa atitude nefasta do Presidente da autoridade monetária para com o nosso País.

Eu só quero, Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, agradecer tudo o que V.Exas. têm feito, as contribuições que já deram para que nós votássemos todas...

(Desligamento do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (Bloco/PT - CE) - Agradeço a todos os Líderes, que nos ajudaram muito nas últimas semanas para votarmos essas matérias. Até a reforma tributária, que passou mais de 30 anos dormitando nas gavetas aqui desta Casa, nós vamos votar. Essa é a perspectiva, pois nós conversamos hoje com o Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro.

Assim nós estamos reconstruindo o Brasil, centrados que somos no



compromisso que nós temos com a democracia. Vamos reconstruir o Brasil, garantindo, intransigentemente, o funcionamento das instituições e da democracia no Brasil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 9/15

99.2023	Sessão Ordinária - CD	13/06/2023-19:40
Publ.: DCD - 6/14/2023 -	José Nelto-PP -GO	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Contrariedade ao parecer do Deputado Aguinaldo Ribeiro apresentado à Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019, sobre alteração do Sistema Tributário Nacional (reforma tributária). Levantamento do Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado, sobre prejuízos da proposta de reforma tributária à Região Centro-Oeste. Necessidade de revisão de tópicos da proposta, especialmente quanto ao sistema financeiro do País. Necessidade de enfrentamento pelo Governo Federal de cartel dos banqueiros, responsável pela fixação de juros exorbitantes e danosos à economia do País. Exigência de transparência e da transmissão por TV das reuniões do Comitê de Política Monetária – COPOM, órgão do Banco Central, destinadas à definição da taxa de juros SELIC. Defesa da participação de membros do Congresso Nacional nas referidas reuniões do COPOM.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/PP - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente em exercício, Deputado Pompeo de Mattos, Srs. Parlamentares, imprensa do Brasil, quem nos acompanha pela *TV Câmara*, eu vou chamar a atenção deste Parlamento, de todos os Municípios do Brasil e também dos Governadores.

A reforma tributária é necessária. Temos de fazê-la. Não há como esperar mais 5 anos. Há 40 anos, é discutida a reforma tributária. Com todo o respeito que eu tenho aos meus colegas, com todo o respeito que eu tenho ao relatório do Relator, que é do meu partido, o Deputado Aguinaldo Ribeiro — um dos Parlamentares mais respeitados nesta Casa, neste Parlamento —, eu não posso votar favoravelmente à matéria.

Quero chamar a atenção para um movimento do Governador do meu Estado, o Governador Ronaldo Caiado, que fez um levantamento, que estudou o tema. Ele é um dos Governadores mais bem preparados deste País. Ele mostrou que esta reforma tributária vai prejudicar todo o Centro-Oeste do Brasil, vai



prejudicar todos os Municípios.

Nós precisamos, portanto, rever pontos da reforma tributária. Precisamos tributar o capital, tributar quem ganha mais, tributar os banqueiros deste País, que têm ganhos exorbitantes, talvez os maiores do planeta. Temos o cheque especial mais caro, o cartão de crédito mais caro.

Agora, eu chamo a atenção dos Srs. Parlamentares. Governo nenhum tem a coragem de enfrentar os banqueiros, esse cartel perverso no Brasil. Há cinco bancos comandando a economia brasileira, espoliando o povo brasileiro. Nós pagamos juros mais altos do que a Argentina, que está quebrada. Vejam que destino! Nós pagamos juros mais altos do que o Paraguai, do que a Turquia — aí eu falo do mundo. E o cartão de crédito?! São apenas cinco bancos! Por que o Governo não quebra esse monopólio e abre o sistema financeiro brasileiro para que venham bancos de todo o mundo para o Brasil? Aí haverá a concorrência na padaria, no supermercado, no posto de gasolina. Aí nós teremos crédito, dinheiro na praça, a concorrência, que faz baixar o preço das mercadorias.

A mercadoria, Deputado, é muito cara. Os juros no Brasil estão quebrando a nossa economia. O campo está paralisado, os juros estão em 14%. O cidadão pode até pegar dinheiro emprestado, mas ele não vai conseguir pagar. Ele não tem como pagar, com uma taxa de juros dessas. Repito aquilo que disse a empresária Luiza Trajano: "*Presidente do Banco Central, baixe os juros*".

Eu quero tocar nesse assunto, Deputada Adriana Ventura. V.Exa. sabe que o COPOM faz reuniões secretas. Olha que absurdo! As sessões do Supremo Tribunal Federal, que é a Corte judicial deste País, são televisionadas, como também as do TCU, o Tribunal de Contas da União. Agora, a reunião mais importante que existe é aquela que define a taxa de juros do mercado, a taxa de juros dos bancos. Essa reunião é secreta. Eu estou denunciando aqui o Banco Central brasileiro, porque as reuniões do COPOM são secretas, são reuniões de banqueiros que não querem a transparência para mostrar como é a formulação das taxas de juros. Quando irão cair os juros no Brasil? Ninguém sabe, ninguém participa!

Uma proposta que eu posso fazer aqui é para alterar as reuniões do COPOM, para que passem a ter a presença de representantes do Congresso Nacional, o Senado da República e a Câmara Federal, e também que elas sejam televisionadas, abertas para a sociedade.

Hoje, o COPOM, do nosso Banco Central, age e toma decisões secretamente. É bom que toda a sociedade saiba quais foram as decisões, se abaixam ou aumentam as taxas de juros. Cada aumento de 1% da taxa SELIC é o equivalente ao orçamento do Ministério da Saúde. Quanto mais se aumenta a taxa SELIC, mais se tira dinheiro do povo, dinheiro da saúde, dinheiro da educação. É uma agiotagem! O Banco Central brasileiro é chefe da agiotagem no Brasil! Por que não fazer reunião do COPOM de forma aberta, deixando



transparente a discussão e mostrando como irão decidir a taxa SELIC?

Essa é a grande cobrança que nós estamos fazendo, em nome do povo brasileiro, em nome dos empresários brasileiros, do pequeno empresário, do médio empresário e do grande empresário, que hoje não consegue mais honrar a sua folha de pagamento.

Eu cobro isso publicamente. E vou cobrar isso porque aqui nós não temos compromisso com banqueiros, nós queremos a transparência do Banco Central, do COPOM, das reuniões do COPOM para definir a taxa SELIC. Ninguém sabe como essas reuniões se dão.

Algum Deputado aqui pode me responder? Eu estou desafiando o Congresso Nacional brasileiro. Estou desafiando esta Casa, a Câmara de Deputados, e o Senado da República.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, vamos cobrar do COPOM e do Banco Central que as reuniões mensais sejam transmitidas e abertas e que Deputados, representantes do povo brasileiro, Senadores e também empresários possam participar delas.

Eu não vou aceitar, não vou me calar, enquanto esse COPOM não for transparente, Deputado Helder Salomão. É a nossa grande luta para baixar juros no Brasil. Veja a incoerência dos Estados Unidos: inflação de 9% e taxas de juro de 4% a 5%. No Brasil, é o contrário: inflação de 4% a 5%. Já vemos, nitidamente, que os preços estão caindo, graças a Deus! Os preços do óleo de soja, do arroz, do macarrão, da gasolina e do gás estão caindo. E o COPOM não se move hora nenhuma para defender e diminuir as taxas básicas de juros.

Srs. Parlamentares, todos que têm compromisso com o povo brasileiro, vamos aqui cobrar que o COPOM seja transparente. Hoje, as reuniões são secretas. Ninguém sabe como são definidas as taxas de juros pelo COPOM.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que a minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e também em todas as redes de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

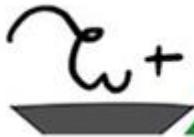
Documento 10/15

99.2023
Publ.: DCD - 6/14/2023 -

Sessão Ordinária - CD
Zé Neto-PT -BA
ORDEM DO DIA

13/06/2023-20:12
PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário



Importância da aprovação, pela Casa, do projeto de reforma tributária no segundo semestre de 2023.

O SR. ZÉ NETO (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos chegando ao fim de um ciclo e começando um novo ciclo, um novo ciclo de necessidades extremamente iminentes, não do Governo do Brasil apenas, mas do Estado brasileiro, que é a necessidade de aprovarmos, nesse novo ciclo de desenvolvimento de que o Brasil precisa, uma reforma tributária que não vai ser ampla, mas que vai ser uma reforma de consumo muito importante para o nosso País.

Hoje eu participei de um debate, Sr. Presidente, sobre diversos assuntos referentes à reforma tributária. A cada dia eu fico mais impressionado com os números.

Hoje, por exemplo, nós estávamos discutindo o tempo que se tem de administração tributária nas empresas. No Brasil, a média de tempo de administração tributária para o pagamento do IPI, da COFINS, do PIS e do ICMS é de 885 horas por ano. Sr. Presidente, esse custo é inimaginável.

Quando começamos a fazer exercícios e a fazer com que o Brasil tenha o IVA, esse mesmo tempo cai para 285 horas. Isso tira o Brasil do topo dos países que consomem um tanto inimaginável de horas para a administração tributária de suas empresas para o colocar entre os países que são *players* em desenvolvimento econômico no nosso mundo.

São pequenas situações que nós vamos tratando e precisamos, a cada dia, colocar com clareza que essa reforma não é uma reforma de Governo, é uma reforma de Estado.

Este Congresso, que há mais de 20 anos debate esse tema, tem agora a oportunidade de, com muita coerência e pé no chão, fazer com que ela aconteça.

Setenta e cinco por cento do PIB de 2019 era contencioso, tributário, com um valor inacreditável, e isso precisa neste instante ser refletido por todos nós.

Fica o chamado para que essa reforma saia do contexto da disputa político-partidária e venha para o contexto que está neste momento, em que se deve ampliar e avançar com esse sentimento. Que seja uma reforma conduzida por este Congresso e, junto com o Governo, possamos construir um país melhor e uma instância tributária que possa, de fato, trazer para o Brasil, para os empreendedores todos, para a geração de emprego e renda, para nossa economia, enfim, para o nosso desenvolvimento, as condições que com certeza nós teremos.

Portanto, a reforma tributária não pode ser se não a nossa grande bandeira



desse próximo semestre, e que esta Casa tenha a maturidade e a responsabilidade com o povo brasileiro e com o nosso desenvolvimento.

Documento 11/15

101.2023

Sessão Ordinária - CD

14/06/2023-14:28

Publ.: DCD - 6/15/2023 - Defensor Stélio Dener-REPUBLICANOS -RR

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Defesa de manutenção, no processo de reforma tributária, de benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio - ALCs de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Vim aqui falar sobre a reforma tributária e o Estado de Roraima.

Gostaria de parabenizar o Deputado Aguinaldo Ribeiro por se debruçar sobre a proposta de reforma tributária e por trazer um texto tão forte para o Brasil. No entanto, a proposta, Presidente, prevê a manutenção dos benefícios da Zona Franca de Manaus, mas não leva em consideração as Áreas de Livre Comércio — ALCs existentes nos Estados de Roraima, Acre, Rondônia e Amapá. Há necessidade de isonomia nesse texto, que continua dando benefício à Zona Franca de Manaus, mas retira o mesmo benefício das Áreas de Livre Comércio.

Tanto a Zona Franca de Manaus como as ALCs foram criadas como ferramentas de incentivo e promoção do crescimento da Amazônia. Esses benefícios tributários se equivalem, tanto os da Zona Franca de Manaus como os das ALCs. É necessária a atenção deste Congresso e, principalmente, do Governo Federal em relação a isso.

As Áreas de Livre Comércio existentes atualmente são Tabatinga, no Amazonas; Guajará-Mirim, em Rondônia; Boa Vista e Bonfim, em Roraima; Macapá e Santana, no Amapá; e Brasileia, no Acre.

Em Roraima, Presidente, essas áreas foram criadas em 2008. Em 2007, o Deputado Édio Lopes propôs a este Congresso Nacional a criação das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim. O Projeto nº 2.049, de 2007 foi submetido a todas as Comissões, foi aprovado, mas antes da sua aprovação pelo Plenário, ele foi transformado na Medida Provisória nº 418, de 2008, que estendeu a criação de Áreas de Livre Comércio a Boa Vista e Bonfim. Essa medida provisória foi transformada na Lei nº 11.732, de 2008, ou seja, uma lei



de autoria do próprio Governo Lula. Não pode agora o Governo tentar tirar o benefício das Áreas de Livre Comércio criadas por ele mesmo. Vai retirar todos os incentivos fiscais dos consumidores desses Estados.

Roraima vivia numa ilha de impostos, porque existia a Área de Livre Comércio de Santa Elena de Uairén, existia a Área de Livre Comércio de Lethem, na Guiana, e existia a Zona Franca de Manaus. Nós não competíamos com esses Estados. Era necessário que nós de Roraima fôssemos comprar no país vizinho ou então em Manaus.

Sr. Presidente, há necessidade de que possamos efetivamente deixar Roraima, em relação a esse aspecto, com as Áreas de Livre Comércio em Boa Vista e em Bonfim.

Chamo a atenção para o seguinte, Sr. Presidente: depois da criação das Áreas de Livre Comércio em Roraima, shoppings foram criados. Em 2008, existiam apenas 432 lojas registradas na SUFRAMA. Cinco anos depois, já havia ali mais de 4.800 empresas desse segmento. Mais de 1.000% de crescimento. Se retirarmos isso neste momento em que Roraima vivencia problemas tão graves será mais um desserviço em relação à economia daquele Estado. Isso significará ferir de morte aquele Estado e seus consumidores.

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o ex-Governador Getúlio Cruz, que, em 2007, propôs ao Deputado Édio que apresentasse aqui um projeto para criação dessas Áreas de Livre Comércio.

Solicito ao Deputado Aguinaldo Ribeiro que exclua do texto da reforma tributária as Áreas de Livre Comércio desses Estados, para que efetivamente possamos continuar competindo com os mercados dos outros Estados e dos países vizinhos.

Muito obrigado.

Documento 12/15

101.2023

Sessão Ordinária - CD

14/06/2023-15:20

Publ.: DCD - 6/15/2023 - General Girão-PL -RN

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Conivência do governo petista com os ataques às sedes dos Poderes da República ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023. Tentativa do Governo Luiz Inácio Lula da Silva de manipulação da CPMI destinada à investigação dos fatos. Defesa de punição do ex-Chefe do Comando Militar do Planalto, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, diante de depoimento prestado à CPI dos



Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Defesa de rejeição da proposta governamental de reforma tributária.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de pedir que a nossa voz pudesse ser repercutida no programa *A Voz do Brasil*.

O meu pronunciamento de hoje diz respeito à nossa CPMI do 8 de Janeiro. O Brasil e o mundo precisam saber a verdade. Depois de descobrirmos que o Ministro da Justiça e o ex-Ministro do GSI assistiram ao vandalismo do 8 de janeiro de camarote, o que o Presidente Lula fez? Mandou colocar sigilo nas imagens. Aliás, ele até inventou uma viagem que não estava prevista na programação para Araraquara para não ficar aqui, sabendo que iria acontecer o que aconteceu.

Essas imagens revelaram a complacência dos membros do Governo do PT e que pessoas filiadas a partidos de esquerda estavam entre os criminosos e incitadores. A notícia de hoje é que os alertas emitidos pela ABIN foram omitidos pelo responsável do GSI naquele momento.

Esses são fatos e revelações que provam que o Governo do PT está ainda escondendo algo, como se não bastasse toda a manipulação governista para boicotar a CPMI. Essa CPMI, que foi sitiada pelos pares e partidos com código de barras na testa, ontem, já mostrou mais uma intenção leviana de esconder mais verdades sobre o ocorrido no 8 de janeiro. Lamentável!

A palavra de ordem na Comissão é: "*Protejam os nossos e aceitem convocação somente de nomes da Oposição*". Na prática, é isso aí. Mas nós vamos reverter isso, porque os nomes do Ministro da Justiça, os nomes do ex-Ministro do GSI, o General Gonçalves Dias, vão aparecer, sim, nas denúncias e nos vídeos que serão mostrados.

Não há interesse pela verdade. Existem esforços para esconder a verdade, uma tática antiga do nosso Partido dos Trabalhadores. Como se não bastasse esse papelão, agora alguns membros da esquerda andam criando narrativas e perseguindo as igrejas evangélicas e os cristãos. Agora querem que a CPMI também investigue as igrejas evangélicas como sendo suspeitas de financiarem o 8 de janeiro.

Meus amigos, estão querendo transformar isso aí numa guerra religiosa também? Que história é essa? Que loucura! Que insanidade é essa? Que falta de coragem de assumirem as suas responsabilidades?

Deputados dessa esquerda apresentaram requerimento na CPMI para convocar evangélicos que relataram à Polícia Federal terem viajado a Brasília para o ato antidemocrático, dito por eles, em ônibus organizados por igrejas. Esse desgoverno tenta esconder e desviar o que fez. Omissão, responsabilidade,

mandantes, sim, pelos atos de 8 de janeiro. Tentam criar narrativas para desconstruir... Os nossos patriotas que ficaram mais de 2 meses acampados na frente dos quartéis, confiando que as Forças Armadas iriam lhes defender, foram traídos. Um general, comandante militar do Planalto, já falou em público na CPI da Assembleia Legislativa aqui do Distrito Federal que cercou na boafé. Queremos, sim, responsabilização desse militar. Esse militar traiu a Pátria e precisa ser responsabilizado por isso!

Em Curitiba, um Vereador do PT recentemente também invadiu uma igreja, querendo proibir a profissão de fé cristã. Não podemos aceitar isso aí. O Brasil é um País laico, um País que tem liberdades religiosas e não pode aceitar de maneira nenhuma coisas dessa natureza.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que o Brasil não pode aceitar de maneira nenhuma que nós vejamos entubados com uma reforma tributária do jeito que o Governo está querendo fazer, ao nos enfiá-la goela abaixo. Quero deixar um alerta para este Parlamento. Deputado Giovani Cherini, é um alerta para este Parlamento. O Governo está dizendo que a reforma tributária não é dele, é do Congresso. Se a reforma der chabu — um termo bem próprio das festas juninas —, se a reforma não for aprovada e não servir, eles vão dizer que a reforma não era deles, era nossa. Então, é, sim, uma jabuticaba. É um jabuti colocado na árvore. Não podemos aceitar isso aí de maneira nenhuma.

Eu confio que o Parlamento vai reagir à altura. Nós precisamos reagir para não aceitarmos goela abaixo uma reforma que não atende aos anseios da população brasileira e muito menos de quem está produzindo em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 13/15

106.2023

Sessão Ordinária - CD

20/06/2023-16:48

Publ.: DCD - 6/21/2023 - Paulo Foletto-PSB -ES

BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Promoção, pelo Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, de debate com segmentos econômicos do Estado do Espírito Santo. Excelência da gestão do hospital público no Município de Barra de São Francisco.

O SR. PAULO FOLETO (Bloco/PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Presidente Gilberto, nós começamos muito bem a semana no Espírito Santo. O Presidente do Grupo de Trabalho a respeito da reforma tributária, o Deputado Reginaldo Lopes; o Relator, o Deputado Aguinaldo Ribeiro; e o Secretário



Bernard Appy, do Ministério da Fazenda, debateram com os capixabas, com o setor produtivo, com o setor comercial, com o setor empresarial, com a indústria, com a população e com a categoria política, num Estado que se organiza há 20 anos e que é exemplo para o Brasil inteiro.

O nível de endividamento do Estado do Espírito Santo é negativo, mas temos muitas preocupações. Ele é um Estado exportador, vende para fora. Como haverá, considerando-se essa reforma tributária, cobrança no destino, ele vai ter prejuízos no começo. Mesmo assim, entendemos que a reforma tributária é fundamental para que o Brasil se desenvolva, tenha condições de competir no mercado Internacional.

Concluo dizendo que, na cidade de Barra de São Francisco, um trabalho maravilhoso vem sendo feito no hospital público. O Estado vai bem, a Prefeitura vai bem, o hospital público vai bem. Está havendo cirurgias eletivas, consultas, cirurgias de cabeça e pescoço, atendimentos nas áreas de ortopedia e ginecologia. Está sendo pago o que não se pagava antes. Não se fazia o pagamento referente à UTI do hospital, não se recebia o recurso do Governo Federal.

Parabéns, Vaninho! Está fazendo um ótimo trabalho no hospital.

Esse é um conjunto de boas notícias no Estado do Espírito Santo.

Muito obrigado, Presidente Gilberto.

Documento 14/15

106.2023	Sessão Ordinária - CD	20/06/2023-21:20
Publ.: DCD - 6/21/2023 -	Fabio Garcia-UNIÃO -MT	
	ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Importância de realização da reforma tributária.

O SR. FABIO GARCIA (Bloco/UNIÃO - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo à tribuna hoje para falar do projeto mais importante, sem dúvida alguma, que esta Câmara dos Deputados irá votar nesta Legislatura: a reforma tributária. Trata-se de um projeto que afeta a vida de cada brasileiro e de cada empresa do nosso País.

A reforma é importante, sem dúvida nenhuma. A simplificação tributária como traz a reforma também é importante. Mas nós precisamos falar a verdade para



as pessoas: a reforma tributária não significará menos imposto para o cidadão; a reforma tributária não significará mais arrecadação para os Estados e para os Municípios. Haverá ganhadores e perdedores com a reforma tributária. Haverá quem vai pagar mais imposto e quem vai pagar menos imposto com a reforma tributária.

Eu venho de um Estado produtor, Sr. Presidente, com população menor do que a de Estados como São Paulo. E, quando se retira a tributação do local de origem para jogá-la totalmente para o local do consumo, o Estado que produz e exporta muito, como é o caso do Estado de Mato Grosso, perde.

Portanto, hoje, junto com o Governador Mauro Mendes, fizemos uma série de reuniões, começando pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, passando pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira, e pelo Presidente da CCJ do Senado, Senador Davi Alcolumbre, a quem levamos os pontos de preocupação com a reforma tributária para o meu Estado e para todo o Brasil. Nós não vamos permitir uma reforma que aumente imposto. Nós não vamos permitir uma reforma que sacrifique o Estado de Mato Grosso. Nós queremos uma reforma justa.

Vejam bem: uma pequena ou uma média indústria localizada no Centro-Oeste, no Norte ou no Nordeste do Brasil, se tiver que pagar o mesmo tributo que uma grande indústria de São Paulo, como é que vai competir? Não vai! Ela vai fechar as portas e se mudar. A reforma tributária não pode comprometer a pequena e a média indústria, o pequeno e o médio comércio brasileiro. Ela não pode causar a desindustrialização das regiões brasileiras, especialmente da Região Centro-Oeste, da Região Norte e da Região Nordeste do Brasil. A reforma precisa ser justa. A reforma tributária não pode intensificar as desigualdades regionais.

Portanto, Sr. Presidente, é diferente fazer uma reforma tributária em Portugal e fazê-la no Brasil. Precisamos considerar as diferenças regionais, o tamanho territorial do Brasil e permitir que os Estados possam igualmente se industrializar, gerar empregos e diminuir desigualdades regionais e sociais.

Eu quero aqui, para finalizar, agradecer ao Presidente Arthur Lira a receptividade; ao Relator Aguinaldo Ribeiro a disposição para escutar as nossas considerações; ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o espaço que nos deu para debatermos a reforma tributária; e ao Bernard Appy a atenção que nos deu. Enfim, quero agradecer a todos a receptividade que nos deram.

Espero que o texto da reforma tributária possa considerar os anseios de Mato Grosso e de todos os Estados produtores do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.



106.2023

Publ.: DCD - 6/21/2023 -

Sessão Ordinária - CD

20/06/2023-21:28

Ricardo Maia-MDB -BA

ORDEM DO DIA

PELA ORDEM
DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Prefeito Ricardo Maia Filho, do Município de Tucano, Estado da Bahia, pelo sucesso da festa Pré-São João realizada no Distrito de Caldas do Jorro. Realização da reforma tributária. Destinação de recursos federais ao custeio da saúde municipal. Participação do orador nas festas juninas em municipalidades baianas.

O SR. RICARDO MAIA (Bloco/MDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Pompeo de Mattos, demais colegas Parlamentares, meus cumprimentos. Quero registrar o meu abraço também ao Prefeito de Itabaiana, terra vizinha à nossa, na Bahia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesse fim de semana, o Município de Tucano, especificamente o Distrito de Caldas do Jorro, conhecido pelas águas quentes, viveu momentos felizes, juntamente com seu povo e o povo de toda a região. O Prefeito Ricardo Maia Filho fez uma das maiores festas de Pré-São João de toda a história da nossa região, levando para aquela região alegria e liberdade de se expressar com o São João, cultura do povo sertanejo, cultura do povo baiano. Eu parabenizo todos os secretários, as equipes de organização e de segurança e principalmente o Prefeito Ricardo Maia Filho por sua determinação e dedicação, num momento tão difícil que as Prefeituras estão vivendo.

Presidente, neste momento, nós temos discutir a reforma tributária, sim, mas também os projetos que estão sendo debatidos no Senado sobre a distribuição de recursos para os Municípios. Os Municípios pedem socorro. Completamos 1 ano, certinho, de um período que vem desde antes do período eleitoral — agora já estamos no novo Governo Lula —, sem a chegada de recursos de custeio da saúde aos Municípios.

Os Municípios montaram uma estrutura para o que vem de repasse do Governo Federal e também para os repasses das emendas parlamentares dos Deputados Federais. A saúde pública do nosso Estado não consegue mais sobreviver. Os Municípios de todo o País que não têm receita própria pedem socorro.

Eu quero convidar todos a estarem na Bahia, no meu Sertão, no meu turrrão, lá em Macururé, com o Prefeito Bergue, e no São João, em Uauá, com os Vereadores Antônio e Mário. Na quinta-feira, às 8 horas da manhã, estaremos todos reunidos na Missa do Vaqueiro. Na sexta-feira, vamos estar no São João

em Fátima com o Prefeito Binho de Alfredo.

Este é um momento de festejarmos, mas também de estarmos nesta Câmara discutindo projetos e buscando recursos para os Municípios que representamos.

Muito obrigado, Presidente. E bom fim de semana a todos.
